

Reflexões sobre o Estado burguês no Brasil – quase uma década de política neoliberal

*Antonio Carlos de Moraes**

Resumo:

Os ajustes aos quais o capitalismo está se submetendo nos últimos 30 anos, pôr força dos abalos sofridos com o esgotamento do ciclo ascendente iniciado depois do final da Segunda Grande Guerra, pôr meio de varias formas, aguçou os dilemas e do Estado burguês no Brasil, no cumprimento de suas funções de um Estado de classe. Explicitar alguns desses dilemas é o objetivo deste texto, que também pretende evidenciar o quanto é precário o debate corrente e oficial sobre o Estado no Brasil, que resume tudo em uma palavra muito confortável: reforma.

De imediato, é fundamental explicitar uma hipótese sobre a questão do Estado em geral: o “Estado mínimo” que, segundo Nozick (1990: 39, cap. III) corresponde ao “Estado *gendarme*” da teoria liberal clássica, com funções limitadas à proteção dos indivíduos e à assistência ao cumprimento dos contratos, é um mito (Moraes, 1996) que se origina na crença, prescrita pela “lei de Say”, de que a produção capitalista pudesse evoluir de forma harmônica, sem ter que enfrentar sérios obstáculos à sua reprodução. Entretanto, o capitalismo requer um Estado burguês, cuja forma, grau de intervencionismo e dilemas, estão associados aos dilemas enfrentados pelo próprio capitalismo.

Um outro aspecto importante a ser destacado é explicitação de um sujeito central no processo de internacionalização do capital que, matizado pelas cores das políticas neoliberais afeta irremediavelmente o desempenho do Estado no Brasil. Trata-se de reconhecer a hegemonia dos EUA, e a centralidade de seu papel na condução da política econômica na América Latina, assentado na “diplomacia do dólar”,

* Professor do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política – PUC/SP.

como brilhantemente demonstram Tavares e Melin (1997). Ainda que o tema “Imperialismo” tenha perdido espaço na agenda dos cientistas sociais, entre tantos outros considerados fora de moda, nunca é demais lembrar da existência do *hegemon*.

A partir dessas considerações, nosso ponto de partida é o reconhecimento de que a capacidade dos Estados nacionais se enfraquece em duas dimensões: na elaboração e implementação de políticas econômicas e sociais, ou seja na capacidade de regulação das atividades econômicas; no comprometimento de sua função de representação do interesse geral da sociedade enquanto um conjunto de indivíduos formalmente livres e iguais - vital à reprodução das relações de produção capitalistas.

Segundo Poulantzas, a individualização é produzida pela estrutura jurídico-política que, com o apoio da estrutura ideológica, consolida a separação entre o produtor direto e os meios de produção no âmbito das relações de produção. O reflexo dessa separação na superestrutura jurídico-política, se dá “através da fixação institucionalizada dos agentes de produção como sujeitos jurídicos, isto é, como indivíduos-pessoas políticas (Poulantzas,1977:124). A reprodução das relações de produção depende não só das ações no âmbito econômico, mas também da reprodução “das classes sociais e da luta de classe” (Poulantzas,1975:103). Essa função estruturadora do Estado capitalista pressupõe, evidentemente, a legitimação desse Estado que passa, no mínimo, a garantir ao indivíduo a condição de cidadão livre. O que buscaremos ver, é como o mencionado enfraquecimento dos Estados nacionais, decorrente da volúpia das políticas neoliberais no contexto da mundialização do capital, compromete a cidadania dos indivíduos formalmente livres, formalmente iguais.

Vamos apoiar nossas reflexões inicialmente na análise de Puga com o sugestivo título de *Maldito Mercado* (1996). Este autor considera que uma das implicações inevitáveis da liberalização econômica será a derrota da democracia em escala planetária e a instauração da ditadura do dinheiro. Os interesses econômicos distanciam-se cada vez mais das aspirações e das necessidades da humanidade, graças à supranacionalização dos mercados e à ausência de um poder político que possa atuar no sentido de compensar a friidez das decisões econômicas. Recorrendo a uma citação de Martín Seco (1995), Puga dá ênfase às suas preocupações:

“La constitución de mercados supranacionales totalmente libres,...sin conformar al mismo tiempo un poder político unitario capaz de compensar-los, sólo puede tener un final, la sustitución de mecanismos democráticos que, con todos sus defectos, mantienen el principio de un hombre, un voto, por decisiones oligárquicas adoptadas en los centros de poder económico, cuya norma consiste en un dólar, un voto” (Puga, 1996:66).

Referindo-se à crise mexicana no final de 1994, que conduziu a uma desvalorização da sua moeda e desembocou em quadro especulativo ameaçador à economia ocidental, Puga destaca que a soberania dos governos estava de fato condicionada por outros poderes “más fuertes y eficaces” (Puga, 1996: 66). Os mercados financeiros passam a vigiar a conduta dos governos, conformando o principal *lobby* contemporâneo. Por outro lado, com a predominância de uma estratégia puramente especulativa, parasitária, desaparece a justificativa ética para o enriquecimento especulativo, ou seja, o fato de que a riqueza pessoal contribui para o enriquecimento da sociedade. A atividade especulativa tem um caráter negativo *vis-a-vis* a atividade produtiva, ainda que, segundo Puga, o mercado possa premiá-la com o maior e o mais veloz retorno (Puga, 1996: 67).

Para ilustrar as limitações que a supranacionalização dos mercados fortemente matizada pela globalização financeira, impõe às democracias ocidentais e particularmente do Terceiro Mundo, Puga destaca que o mercado mundial de divisas movimenta pelo menos o dobro das reservas dos dez países mais poderosos economicamente. Por outro lado, os valores fundamentais que sustentam a execução das políticas neoliberais, conduzem à privatização das empresas públicas com desempenho econômico negativo, a despeito dos benefícios sociais e culturais que elas possam gerar. A racionalidade do mercado põe em cheque o ensino gratuito, o transporte público subsidiado, e os serviços sociais, e sustenta-se politicamente em cima do argumento de que a ineficiência é paga pela maioria.

Mesmo que os indicadores econômicos apontem para uma melhoria da situação, o efeito real é uma maior perversidade na distribuição da renda, o aumento do desemprego e da marginalização urbana.¹

¹ Puga desconsidera no conjunto dos efeitos perversos da atual fase de predominância das políticas neoliberais, a marginalização no campo, fato que não se pode omitir no

“El mercado es un monstruo poderoso e insaciabel que devora a sus propios hijos, como el dios Saturno” (Puga, 1996: 69).

Buscando uma outra referência para nossas reflexões, abandonemos a região da Catalunha, na Espanha, que é o posto de observação de Puga e de onde importamos uma interpretação sobre o tema em questão dentro da perspectiva do Primeiro Mundo. Vamos recorrer a Almeida (1996), que aborda o assunto de forma tão profícua quanto aguda, levantando questões de fundo sobre o Estado no atual estágio da internacionalização do capital.

O eixo da análise de Almeida está na questão dos impactos da atual fase da economia mundial sobre a ideologia nacional. Sua argumentação parte de duas hipóteses: contrariando formulações correntes que consideram o fim dos nacionalismos como decorrente da atual fase do processo de “globalização”², Almeida (1996:65) afirma que é a ideologia nacional que está sofrendo uma crise profunda e que esta crise é que responde pela intensificação de movimentos nacionalistas e não pelo enfraquecimento de tais movimentos.

A crise da ideologia nacional problematiza a nação e inevitavelmente impõe questionamentos ao papel do Estado, na medida em que este deixa de mostrar-se eficiente na sua “`verdadeira missão’, a de assegurar a integridade da comunidade nacional”(Almeida,1996:66). Para investigar a origem da crise da ideologia nacional, o autor busca na dimensão das relações de produção, os impactos da atual fase de “globalização”.

O primeiro movimento a ser destacado, diz respeito a uma nítida mudança no componente do discurso ideológico que sustenta, neste nível, as relações de produção capitalistas. Prevalciam, até o início dos anos oitenta, as teses sobre o “capitalismo administrativo” ou sobre a “revolução dos gerentes”, que visavam minimizar o papel na propriedade privada, ou mesmo a socialização dessa propriedade

contexto da América Latina, em que a proliferação dos movimentos sociais, prova o caráter excludente das atuais políticas, bem como, pode-se dizer, constituem a via mais conseqüente de questionamento ao neoliberalismo.

² Gostaria de registrar as restrições que acompanham o termo “globalização”, que se origina do ambiente das escolas dos negócios, guardando uma certa precisão como referência para os movimentos das empresas transnacionais, mas é propositadamente vago e carrega um teor ideológico contundente, quando é utilizado para caracterizar o atual estágio do processo de internacionalização do capital. Como referência à esta discussão terminológica, veja-se Chesnais, 1996, páginas 24 a 31.

através dos mercados de ações. Estas teses, e aqui vai um adendo ao nosso texto de referência, estavam ajustadas às relações de produção fordistas sendo que, na pior das hipóteses, quem não acessava a propriedade privada deliciava-se com os prazeres do consumo, numa época em que, também prevalecendo as políticas keynesianas, o Estado e o capital articulavam políticas de sustentação da demanda. O cidadão formalmente livre, formalmente igual, atingia o *status* de cidadão.

A partir dos anos oitenta, o *toyotismo* passa a ser um paradigma relevante para influenciar as relações de produção capitalistas, em meio a uma intensa transnacionalização da produção e da propriedade. Verifica-se então uma mudança radical no papel da propriedade privada como componente do discurso. Palavras de ordem como “montar o negócio próprio”, “ser um empreendedor”, passaram a ocupar em espaço central no escopo do discurso ideológico que sustenta o avanço das políticas neoliberais. A propriedade privada está ao alcance de todos, basta conquistá-la, basta abdicar das relações de trabalho medievais, assistencialistas, retrógradas, bloqueadoras da modernização. É fácil desligar-se de uma empresa através de um “Plano de Demissão Voluntária”, com algum incentivo financeiro. É fácil abrir uma micro-empresa, processo que conta com o apoio de iniciativas de desburocratização por parte do Estado. Enfim, uma verdadeira saraivada de impulsos lançando os cidadãos para conhecer as delícias da propriedade e da livre iniciativa passaram a poluir os espaços da mídia, contrastando com o núcleo do discurso ideológico da era fordista.

Além do contraste do discurso, identifica-se um sério contraste nos resultados. Enquanto no período anterior o sonho de uma geladeira, de um carro novo dava o *feedback* ao Estado que o indivíduo formalmente livre, formalmente igual acessava na condição de cidadão, atualmente a ilusão do empreendedor, o sonho da propriedade privada termina no desemprego de caráter estrutural e a condição de cidadão se dilui, literalmente, na “rua da amargura”. A crise da ideologia nacional que decorre desse processo passa a se manifestar na multiplicação dos deuses, na adesão ao tráfico, nos conflitos étnicos, nos movimentos nacionalistas, enfim, numa série de fenômenos que brotarão assim ou assado, de acordo com as condições históricas de cada espaço econômico, de cada Estado-nação.

O fato é que, além das perturbações geradas no bojo de cada um dos movimentos de reação decorrentes da crise da ideologia nacional, fica ainda ameaçada a função estrutural do Estado burguês de produzir a individualização na sociedade, sem dismantelar a coesão em torno de um projeto, de um Estado, enfim, de uma ideologia nacional.

Esta não é a única frente de ameaça que os Estados nacionais recebem com a “globalização”. Almeida lembra ainda que com a acentuada transnacionalização, aumenta o comércio inter-empresas que, associado à volatilização do capital e à “necessária” guerra de juros entre os Estados para atrair - e o que é mais difícil, manter -esses capitais sob a forma de reservas internacionais, provocam um abatimento muito forte sobre a capacidade dos Estados implementarem políticas próprias (Almeida, 1996:67).

Tavares e Melin (1997:56) também reconhecem as limitações da soberania dos Estados nacionais como agentes de poder, afetando a capacidade de regulação no âmbito econômico, bem como na proteção social. Tal limitação decorre da tendência à centralização do poder político internacional na potência hegemônica, os EUA, a partir do dismantelamento da URSS e o conseqüente desmonte da ordem bipolar.

Conforme bem coloca Almeida (1996), os efeitos da concentração e centralização de capital que caracterizam o processo de internacionalização do capital, criando relações de propriedade novas, põem em cheque “pelo alto”, os limites dos Estados nacionais. “Por baixo”, esses limites são questionados pelas transformações que se verificam no âmbito das relações de produção, formando um verdadeiro *sandwich* em que o recheio, como em todo *sandwich*, nunca se encontra numa situação confortável.

Como reflexões finais, podemos estabelecer algumas indagações, partindo da hipótese de que o dilema que os Estados nacionais vivenciam nesta etapa da “globalização”, possa vir a adquirir tons mais carregados no futuro bem próximo.

Com o intuito de perder os anéis para salvar os dedos, podemos vislumbrar uma guinada “ao centro” na postura da democracia liberal, recorrendo a um grau maior de intervencionismo na economia ?

O centro hegemônico do poder, com todas as suas instituições de apoio logístico deverá bancar, na base do custe o que custar, a “mercadolatria” reinante?

Poderemos assistir ao despertar de novos tempos, soterrando o paradigma do “socialismo real”, encarando a insuficiência do “capitalismo real” e unindo esforços para construir uma nova sociedade?

A primeira alternativa pode nos garantir uma paz provisória. Mas o sossego não está presente em nenhuma delas, pelo menos enquanto as contradições iminentes ao capitalismo continuarem fustigando sua gente e suas instituições, entre as quais, o Estado, evidentemente.

Bibliografia

- ALMEIDA, Lúcio Flávio de Almeida (1996) “Corrosões da cidadania: contradições da ideologia nacional na atual fase de internacionalização do capitalismo”, *Lutas Sociais*, nº 1, São Paulo, Xamã.
- CHESNAIS, François (1996) *A Mundialização do Capital*. São Paulo, Xamã.
- MORAES, Antonio Carlos (1996) “O projeto neoliberal e o mito do Estado mínimo” *Lutas Sociais* nº 1, São Paulo, Xamã.
- NOZICK, Robert (1990) *Anarquia, Estado e Utopia*. México, Fondo de Cultura Econômica.
- POULANTZAS, Nicos (1975) *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- _____ (1977) *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo, Martins Fontes.
- PUGA, Eduardo Álvares (1996) *Maldito Mercado*. Barcelona, Ediciones B.
- MARTÍN, SECO, Juan Francisco (1995) “La pesadilla europea”, *El Mundo*, 14/7/95.

TAVARES, Maria da Conceição e MELIN, Luiz Eduardo (1997) “Pós-escrito 1977: A reafirmação da hegemonia norte-americana”. In: *Poder e Dinheiro: Uma economia política da globalização*. Rio de Janeiro, Vozes.